

BOLETIM 158

Brasília, 6 de julho de 2016

Cancelada reunião para votar parecer sobre atividade sindical

DESTINO DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

	DO TRABALHADOR (%)	DO EMPRESÁRIO (%)
Sindicato	80	85
Federação	5	5
Confederação	5	5
Central sindical	5	--
Conselho de autorregulação	4,5	4,5
Aparelhar inspeção	0,5	0,5

Fonte: relatório final do deputado Bebeto (PSB-BA)

A Comissão Especial sobre Financiamento da Atividade Sindical cancelou a reunião marcada para ontem para analisar o relatório final do deputado Bebeto (PSB-BA).

A última versão do texto, apresentado no último dia 24, propõe a criação de uma contribuição a ser paga pelo trabalhador (sindicalizado ou não): a contribuição negocial.

O parecer também estende a servidores estaduais e municipais a obrigação de pagar um dia de trabalho como imposto sindical. O texto

inicial previa o tributo apenas para servidores públicos federais.

Nova contribuição - A contribuição negocial, prevista no relatório de Bebeto, será cobrada mensalmente tanto de empregados quanto de empregadores, com exceção do mês de cobrança da contribuição sindical. O valor a ser arrecadado será fixado em assembleia de negociação salarial ou convenção coletiva e não poderá ultrapassar 1% da remuneração bruta anual do trabalhador.

Essa contribuição, destinada ao pagamento das despesas jurídicas, técnicas e administrativas das negociações coletivas, é cobrada atualmente por alguns sindicatos, mas há questionamentos na Justiça sobre sua validade e extensão.

A comissão ainda não marcou nova reunião para discutir e votar o parecer.

Fonte: Agência CÂMARA

Líder anuncia esforço concentrado semana que vem e recesso branco a partir de 14 de julho

O líder do governo interino de Michel Temer, deputado Andre Moura (PSC-SE), anunciou esforço concentrado na próxima semana, de segunda (11) a quinta-feira (14), com recesso branco logo em seguida, a partir da quinta (14), até o fim deste mês (31), seguindo o calendário já definido pelo Senado Federal.

Essa não era a posição defendida pelo governo, que queria a mudança do recesso para



segunda quinzena de setembro, mas a posição majoritária foi de fazer o recesso branco em julho.

Para haver recesso branco, os deputados precisam aprovar requerimento em Plenário, dispensando a realização das sessões deliberativas no período.

Fonte: Agência CÂMARA

ABIMAQ condena “velha política” responsável pela atual crise econômica

“Juros altos e câmbio baixo não permitem retomada da indústria”

A ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - afirmou, em nota, que a “equipe econômica do governo Temer volta a utilizar a velha política de juros altos e câmbio baixo, que já quebrou o país em 1999, e que é uma das grandes responsáveis pela atual crise econômica”.

“Meirelles ficou conhecido por juro alto e câmbio baixo e ele está repetindo a dose. O Banco Central volta meio constrangido a usar a âncora cambial para segurar a inflação, baseadas em premissas que no meu entender estão erradas, mas não é o caso. O fato é que juros altos e câmbio baixo não vão permitir uma retomada da indústria como estávamos imaginando e o meu temor é que este ano a gente caia mais do que o ano passado”, afirmou o diretor de Competitividade da ABIMAQ Mário Bernardini, após divulgar os dados de maio do setor na semana passada.

Em julho, o dólar caiu 11% em relação ao Real, na comparação com o mês anterior. Com o governo interino de Michel Temer, tendo à frente o banqueiro Henrique Meirelles na Fazenda garantindo que os juros vão continuar nas alturas, a taxa de câmbio não podia ser diferente. A política de Ilan Goldfajn, no Banco Central, e do Meirelles é claramente provocar uma queda do dólar (ou a alta do Real), a pretexto de combater a inflação, para beneficiar os monopólios privados dos EUA e outros países, com a desova de seus estoques no Brasil, subsidiando os importados e encarecendo os exportados e agravando ainda mais a produção interna.

Em 2015, a produção industrial teve uma queda brutal de 8,3%, a maior da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística iniciada em 2003. No primeiro trimestre deste ano, o tombo foi de 11,7%.

Em nota, a ABIMAQ criticou a política de juros altos e câmbio pró-importação: “Após 15 anos de real fortemente apreciado, que reduziu a indústria de transformação para menos da metade neste período, a equipe econômica do governo Temer volta a utilizar a velha política de juros altos e câmbio baixo, que já quebrou o país em 1999, e que é uma das grandes responsáveis pela atual crise econômica”.

Para ser exato, a política de juro alto e câmbio baixo do governo interino é uma continuidade da política econômica do governo afastado, ou seja, é o mais do mesmo.

“Entendemos que uma taxa de câmbio abaixo de R\$/US\$ 3,8 coloca em risco este início de recuperação [de alguns poucos setores], desestimula o setor produtivo a brigar no mercado externo e elimina o único drive



disponível no curto e médio prazo para voltarmos a crescer”.

VENDAS CAEM 30,7% - Os indicadores conjunturais da brasileira de bens de capital mecânicos mostram bem a situação em que se encontra o setor. No acumulado de janeiro a maio, registrou uma receita líquida total de R\$ 27,129 bilhões, um recuo de 30,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Já a balança comercial ficou deficitária em R\$ 2,783 bilhões (R\$ 3,295 bilhões de exportações menos R\$ 6,078 bilhões de importações).

Conforme a entidade, “a redução do déficit na balança comercial de máquinas e equipamentos, de um patamar da ordem de US\$ 1,5 bilhão mensal para perto de US\$ 0,5 bilhão resulta (...) da forte queda das importações iniciada em 2014”.

Segundo a ABIMAQ “as altas taxas de ociosidade observadas em todos os setores da indústria de transformação colocam como incerta a retomada dos investimentos no curto prazo”, acrescentando que “as incertezas políticas combinadas com a política econômica recessiva, onde o custo do capital é incompatível com o retorno dos investimentos, tem inviabilizado qualquer decisão de investimento no país”.

Em termos reais, a valorização do Real ocorrida em 2016 “anulou, praticamente, todos os ganhos de competitividade dos produtos nacionais”. Nos cinco primeiros meses do ano, a variação acumulada do Real foi de 23,59%, a do Euro, de 20,13%, e uma Cesta de moedas (exceto EUA), de 16,99%.

Refletindo a baixa atividade econômica e o desemprego no setor, a indústria brasileira de máquinas e equipamentos mecânicos utilizou, em média, 66,6% de sua capacidade instalada, de

janeiro a maio. Na comparação maio/2016 com maio/2015, o resultado mostra o encerramento de mais de 35.000 postos de trabalho.

“Já está mais do que comprovado que o atual quadro de recessão não poderá ser enfrentado com os atuais juros elevados e a apreciação cambial”. “É preciso sinalizar para o aumento da taxa de investimento público e estímulo e desobstrução ao investimento privado, com diminuição da taxa de juros e desvalorização do Real frente ao dólar, a fim de dar competitividade ao setor produtivo”, resumiu o presidente da ABIMAQ, João Carlos Marchesan.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

IBGE: produção industrial acumula queda de 9,8% de janeiro a maio, diz IBGE

A produção industrial do país, conforme divulgado na pesquisa mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já recuou -9,8% de janeiro a maio deste ano, comparado ao mesmo período de 2015.

A imprensa noticiou o resultado na sexta-feira (1º) comemorando o fato de, em maio (com relação ao mês anterior), a produção variou ZERO, após os 11 meses seguidos de queda em 2015. Ou seja, comemorou o feito de a indústria ter ficado completamente estagnada de um mês para o outro, ignorando o desastre acumulado em cinco meses.

Na comparação anual (comparação com o mesmo mês do ano anterior) a produção industrial piorou em maio (-7,8%), foi a 27ª taxa



equipamentos (-18,3%), metalurgia (-13,4%), equipamentos de informática e produtos eletrônicos (-29,8%), produtos têxteis (-13%) e móveis (-15,8%).

No período “estável” de abril para maio, houve queda em 12 dos 24 ramos pesquisados, com destaque para o resultado negativo de produtos alimentícios (-7%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-8,2%).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Falências decretadas sobem 11,3% no primeiro semestre

As falências decretadas no primeiro semestre do ano subiram 11,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e recuaram 15,6% ante o mês anterior. Na comparação interanual o percentual aumentou em 0,9%.

O crescimento das falências é bem maior do observado no primeiro semestre de 2015, quando os pedidos acumulavam alta de 9,2%. Os dados são da Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) com abrangência nacional.

Os pedidos de falência, também acompanharam a tendência, registrando alta de 26,5% no 1º semestre de 2016 sobre o mesmo período de 2015. Em junho, o número de pedidos de falências aumentou 20,2% na comparação mensal e 22,8% na comparação com junho de 2015.

As recuperações judiciais deferidas, no acumulado do semestre, aumentaram 118,8%, e os pedidos de recuperação judicial também

negativa consecutiva nesse tipo de comparação, e a queda foi mais elevada do que em abril (-6,9%).

“Há um cenário melhor do que observado ao longo de 2015, mas ainda assim não nos dá uma reversão do cenário negativo da indústria, até porque as perdas passadas são muito importantes”, amenizou o gerente da pesquisa, André Macedo.

O setor produtivo sente o forte impacto da política econômica recessiva do governo Dilma desde o início do ano passado. A manutenção dos altos juros, cortes nos investimentos, desemprego e queda no consumo e na renda, deixam um horizonte de recuperação cada vez mais distante.

Nos primeiros cinco meses do ano, 4 das 4 grandes categorias econômicas figuraram com taxas negativas na pesquisa, com destaque para a queda da categoria de bens de capital (-23%) e de bens de consumo duráveis (-24,7%).

Das atividades industriais, 23 das 26 recuaram na mesma base de comparação. Os principais impactos negativos vieram de veículos automotores, reboques e carrocerias (-24,2%), indústria extrativa (-14,4%), máquinas e



seguiram tendência de alta registrando 113,5% de aumento.

O recrudescimento dos aumentos nos pedidos de falência que foram de 16,4% em 2015, assim como os das recuperações judiciais que foram de 51,0% no ano passado, afirmam a tendência e a maior intensidade desses indicadores no primeiro semestre deste ano.

Os fatores responsáveis por essa situação das empresas, com seus fluxos de caixa estrangulados pela queda nas receitas, aumento da inadimplência e do custo do dinheiro, especialmente para o capital de giro, são determinados pelas políticas fiscal e monetária que o governo Dilma estabeleceu e que o governo interino de Temer vem executando.

Sob a pressão desmedida das despesas com juros, com a taxa referencial da economia Selic em 14,25% ao ano, disparada a maior do planeta, o governo derrubou os investimentos públicos e em consequência paralisou grande parte dos investimentos privados.

Sem investimentos nossa economia esta regredindo e os impactos negativos, entre outros, estão expressos nos indicadores alarmantes que a Boa Vista apresenta.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Aposentados protestam contra a reforma da Previdência em São Paulo

Com faixas e cartazes, centenas de aposentados e pensionistas ocuparam na última sexta-feira, 30, por três horas, o prédio da

Superintendência do INSS em São Paulo, em protesto contra a reforma da Previdência e a extinção do Ministério da Previdência. Para o presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo (Fapesp), Antônio Alves da Silva, em entrevista à rádio Rádio Brasil Atual, “esse projeto de reforma vem para destruir o maior patrimônio do aposentado brasileiro, a Previdência Social. O governo, em seu primeiro ato, destruiu a Previdência Social, transformando-a em um puxadinho do [Ministério do] Trabalho. Então, o Temer acaba com o maior distribuidor de renda do país. Esse é o motivo principal”, denunciou Antônio.

O protesto, que contou com a participação de 500 pessoas de diversas regiões do estado de São Paulo, teve início com uma passeata da sede da federação dos aposentados até a superintendência do INSS, no viaduto Santa Efigênia, na região central de São Paulo. Segundo o Antonio Alves, “nossa maior arma de luta é a nossa união. Mais do que nunca precisamos mobilizar o maior número de aposentados, idosos para lutar com todas as forças contra a reforma da previdência e a extinção do Ministério da Previdência. Precisamos mostrar ao governo que temos propostas concretas que não reduzem os direitos dos aposentados e idosos”, disse Antônio Alves durante o ato.

Alves informou que após o protesto, os aposentados foram recebidos pela superintendente do INSS que, depois, desceu até a concentração. “Ela recebeu uma carta dirigida ao presidente interino, Michel Temer, em que repudiamos a reforma da Previdência e exigimos a volta do Ministério da Previdência Social” disse.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Greve na Eletrobras reivindica aumento e repudia privatização

Os trabalhadores da Eletrobras estão em greve por 72 horas desde segunda-feira, 4, reivindicando reajuste salarial que reponha a inflação do período, além de pressionarem o governo contra privatizações das distribuidoras.

A paralisação foi marcada em assembleias realizadas na sexta-feira, 01, após o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) ter indicado a greve. Além da paralisação, os trabalhadores marcaram para o dia 6 de julho um ato contra a privatização no Sistema Eletrobras e por um melhor acordo coletivo de trabalho.

O governo vem anunciando que pretende privatizar diversas empresas do setor elétrico, o que poderia atingir as mesmas proporções do programa de venda das estatais brasileiras capitaneado por Fernando Henrique Cardoso. No final do mês passado já foi publicado um edital de leilão da Celg-D, distribuidora de energia que atender aos consumidores do estado de Goiás.

De acordo com a Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), a adesão ao movimento atinge cerca de 95% nas 17 unidades, mas a paralisação está concentrada nas unidades administrativas e nas equipes de emergência. O sindicalista Emanuel Torres, diretor da Aeel, explica que a Eletrobras ofereceu reajuste de 5% antecipado aos trabalhadores e propôs uma mudança por dois anos na data base de negociações, de maio para outubro.

AUMENTO - Os trabalhadores reivindicam reajuste de 9,28%, referentes à reposição da

inflação no período. “Nós fizemos uma proposta há quatro meses e a empresa fez uma contraproposta há duas semanas. Eles culpam a greve para deixar a negociação. Não vamos aceitar o adiantamento proposto sem que seja discutido o percentual restante da inflação. O argumento de que a empresa não tem dinheiro não satisfaz aos trabalhadores”, afirma Torres.

PROTESTO - Também os trabalhadores do Amazonas aproveitam a paralisação para expressar sua indignação com relação à privatização da empresa. Pelo menos 300 trabalhadores do setor estão reunidos em barracas na frente da sede da Eletrobras, na avenida 7 de Setembro, Zona Sul de Manaus. De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Urbanitários no Amazonas (STIU-AM), Joseirton Albuquerque, “a privatização é um processo danoso não só para os trabalhadores, mas para a população de modo geral. Esta última sofrerá com o aumento do preço em sua conta e o trabalhador com a demissão em massa”, ressaltou.

Diversas entidades de trabalhadores do setor também já ressaltaram que são contrárias ao processo de privatização, que penaliza o consumidor no preço e os trabalhadores nas condições de trabalho e no salário. “A gente é contrário, veementemente contrário. Se mexer com as empresas, falar que vai privatizar, fatalmente vamos fazer greve por tempo indeterminado”, afirmou à Reuters o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia (Fenatema), Eduardo de Vasconcelos, o “Chicão”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Dez medidas contra a corrupção

Propostas do Ministério Público Federal para o combate à corrupção e à impunidade.

- 1) **Prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação.**
- 2) **Criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos.**
- 3) **Aumento das penas e crime hediondo para corrupção de altos valores.**
- 4) **Aumento da eficiência e da justiça dos recursos no processo penal.**
- 5) **Celeridade nas ações de improbidade administrativa.**
- 6) **Reforma no sistema de prescrição penal.**
- 7) **Ajustes nas nulidades penais.**
- 8) **Responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa 2.**
- 9) **Prisão preventiva para evitar a dissipação do dinheiro desviado.**
- 10) **Recuperação do lucro derivado do crime.**

Fonte: MPF



Lacerda assumiu a SRT do Ministério do Trabalho

NOTA DE CONGRATULAÇÃO

A Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário – CONTRICOM – congratula-se com a nomeação do novo secretário de Relações do Trabalho, dr. **Carlos Cavalcante Lacerda**, parabenizando-o pela importante e desafiadora missão que acaba de assumir na equipe do ministro Ronaldo Nogueira.

O dr. Carlos Cavalcante Lacerda, já reconhecido pelas suas inúmeras atividades no mundo político sindical de Brasília, assume uma função de grande importância para o movimento sindical. Estamos seguros de que o novo secretário, com a sua experiência, haverá de desempenhar suas atividades zelando por uma relação verdadeiramente democrática com os segmentos do sindicalismo brasileiro, de modo a promover um tratamento igualitário com as entidades sindicais, o que infelizmente não vinha acontecendo na gestão anterior.

Ao parabenizá-lo pela nomeação, desejamos pleno sucesso no desempenho da

função, ressaltando o fato do dr. Lacerda ser um filho do Estado do Amazonas, região ainda tão esquecida pelos governos, mas que se vê, agora, valorizada com a sua nomeação.

Brasília, 4 de julho de 2016

Francisco Chagas Costa – Mazinho
Presidente da CONTRICOM



José Nazareno recebe a visita do secretário da CONTRICOM, Luis Carneiro, em Quixadá

Luis Carneiro visita STI da Construção de Quixadá (CE)

O secretário para Assuntos de Comunicação da CONTRICOM, Luís Carneiro da Rocha, realizou uma visita ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Quixadá (CE), quando foi recebido pelo presidente José Nazareno Saraiva de Souza na sede da entidade.

Na ocasião, os dois dirigentes sindicais discutiram assuntos referentes ao processo eleitoral do Sindicato. Luis Carneiro aproveitou a oportunidade para prestar informações sobre as atividades da CONTRICOM no plano nacional e suas ações na organização e mobilização dos trabalhadores da construção e do mobiliário.

O secretário para Assuntos de Comunicação da CONTRICOM deu conhecimento também ao Sindicato do Jornal da CONTRICOM contendo informações das atividades da entidade, dando ênfase aos cursos e seminários de formação sindical para o fortalecimento dos sindicatos e federações.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)